



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ETP Nº 022/2026

Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (INCISO I, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)

Registra-se que o DFD considerou 66 veículos; entretanto, após sua elaboração, houve a incorporação de 01 novo veículo à frota, totalizando atualmente 67 veículos, quantitativo adotado neste ETP, sem prejuízo das estimativas, dada a natureza estimativa da contratação.

O Município de Pimenta/MG possui frota própria composta por aproximadamente 67 (sessenta e sete) veículos e máquinas, utilizados na execução de serviços públicos essenciais, atendendo às demandas das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Administração e Planejamento, Obras, Serviços e Transportes, Urbanismo e Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A operacionalidade da frota é indispensável à continuidade dos serviços públicos, destacando-se o transporte de pacientes, o deslocamento de equipes técnicas, a manutenção de estradas vicinais, o apoio às atividades escolares, a execução de serviços urbanos e o suporte às atividades administrativas.

Para garantir o adequado funcionamento dos veículos, faz-se necessário o abastecimento regular de combustíveis, o fornecimento de peças e insumos, bem como a realização de manutenções preventivas e corretivas, de modo a assegurar a segurança dos usuários, evitar paralisações e reduzir custos operacionais.

Atualmente, tais demandas são atendidas por meio de contratações fragmentadas (abastecimento, manutenção e fornecimento de peças), o que dificulta o controle centralizado das despesas, o acompanhamento das manutenções realizadas, o monitoramento do consumo de combustíveis e a rastreabilidade das informações relativas à gestão da frota.

Adicionalmente, verifica-se a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de controle e gestão, especialmente quanto à utilização dos veículos, à autorização de serviços, ao acompanhamento em tempo real das despesas e à consolidação das informações gerenciais.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de contratação de solução integrada para gerenciamento da frota municipal, por meio de sistema informatizado e rede credenciada de estabelecimentos, que permita o controle unificado do abastecimento, da manutenção e do fornecimento de peças, com maior eficiência, transparência e rastreabilidade, reduzindo riscos de inconsistências, pagamentos indevidos e falhas de controle.

A presente demanda encontra-se alinhada aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente os do planejamento, eficiência, economicidade, transparência e controle, justificando





a adoção de modelo que proporcione maior racionalização dos gastos públicos e aprimoramento da gestão da frota municipal.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA (INCISO II, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)

O Município de Pimenta/MG, até o presente momento, não instituiu formalmente o Plano de Contratações Anual (PCA), instrumento previsto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a presente contratação não se encontra contemplada em PCA vigente. Ressalta-se, contudo, que a ausência do referido instrumento não constitui óbice à realização da contratação, especialmente por se tratar de demanda de natureza contínua e essencial à manutenção da frota municipal e à continuidade dos serviços públicos.

A contratação pretendida está diretamente relacionada à execução das atividades administrativas e operacionais das diversas secretarias municipais, sendo indispensável para garantir o abastecimento de combustíveis, a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, o controle de custos operacionais e a eficiência logística das ações governamentais.

Destaca-se, ainda, que a despesa encontra-se devidamente prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme indicado no Documento de Formalização da Demanda (DFD), o que evidencia sua compatibilidade com o planejamento orçamentário do Município.

Ademais, a contratação está alinhada ao planejamento estratégico da Administração Pública Municipal, contribuindo para a otimização dos recursos públicos, o aprimoramento dos mecanismos de controle e transparência e a melhoria da gestão da frota.

Por fim, registra-se que o Município adotará as providências necessárias para a implementação do Plano de Contratações Anual (PCA), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, visando ao fortalecimento do planejamento das contratações públicas.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (INCISO III, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)

Nos termos do art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, os requisitos da contratação correspondem às condições indispensáveis que a solução a ser contratada deverá atender para suprir adequadamente a necessidade administrativa identificada, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e vantajosidade.

Os requisitos estabelecidos possuem natureza funcional, operacional e de desempenho, não se vinculando a modelo específico de contratação, de modo a preservar a competitividade do certame e possibilitar a avaliação de diferentes soluções disponíveis no mercado.

3.1. Requisitos Funcionais

A solução a ser contratada deverá possibilitar a gestão integrada da frota municipal, contemplando, no mínimo:





- I. controle e rastreabilidade dos gastos com combustíveis, manutenção, peças e insumos automotivos;
- II. acompanhamento da utilização dos veículos, máquinas e equipamentos;
- III. registro, monitoramento e controle das manutenções preventivas e corretivas;
- IV. consolidação de dados operacionais e financeiros em ambiente unificado;
- V. disponibilização de informações gerenciais que subsidiem a tomada de decisão;
- VI. mecanismos de autorização prévia para execução de serviços e abastecimentos;
- VII. identificação dos usuários responsáveis pelas operações realizadas.

3.2. Requisitos Operacionais

A contratação deverá assegurar condições adequadas de execução, incluindo:

- I. disponibilidade contínua dos serviços, considerando o caráter essencial da frota municipal;
- II. atendimento em prazos compatíveis com a necessidade administrativa, evitando paralisações;
- III. suporte às demandas ordinárias e emergenciais;
- IV. atendimento descentralizado, compatível com a mobilidade da frota;
- V. padronização mínima dos procedimentos operacionais, garantindo eficiência e segurança;
- VI. capacidade de atendimento simultâneo às diversas unidades administrativas do Município.

3.3. Requisitos de Controle, Transparência e Rastreabilidade

A solução deverá garantir elevado nível de controle administrativo, devendo contemplar:

- I. registro detalhado de todas as operações realizadas;
- II. identificação de data, local, veículo, condutor e fornecedor envolvido;
- III. possibilidade de auditoria e verificação posterior das transações;
- IV. geração de relatórios gerenciais e operacionais;
- V. mecanismos que reduzam riscos de inconsistências, pagamentos indevidos e falhas de controle;
- VI. integridade, confiabilidade e disponibilidade das informações.

3.4. Requisitos Tecnológicos

Quando a solução envolver sistema informatizado, deverão ser observados:

- I. ambiente seguro, com controle de acesso por usuário;
- II. autenticação e rastreabilidade das operações realizadas;
- III. acesso remoto para acompanhamento e gestão;
- IV. armazenamento e histórico de dados;
- V. compatibilidade com as rotinas administrativas do Município;
- VI. observância às normas de segurança da informação e proteção de dados.

3.5. Requisitos de Rede de Atendimento (quando aplicável)

Nos casos em que a solução envolver rede credenciada de fornecedores:

- I. deverá haver cobertura adequada no âmbito do Município e região;





- II. os estabelecimentos deverão estar aptos a fornecer combustíveis, peças e serviços;
- III. deverá ser garantida a livre concorrência entre os credenciados;
- IV. os preços praticados deverão ser compatíveis com os de mercado;
- V. deverá haver mecanismos de controle sobre os serviços executados e materiais fornecidos.

3.6. Requisitos de Qualidade e Desempenho

A solução deverá assegurar:

- I. confiabilidade na execução dos serviços e fornecimentos;
- II. observância de normas técnicas aplicáveis;
- III. garantia dos serviços e materiais utilizados;
- IV. redução de falhas operacionais e retrabalhos;
- V. adoção de boas práticas de mercado.

3.7. Requisitos Econômicos e de Eficiência

A contratação deverá possibilitar:

- I. otimização da aplicação dos recursos públicos;
- II. transparência na formação de preços;
- III. economicidade na execução contratual;
- IV. mitigação de riscos de sobrepreço;
- V. comparabilidade entre alternativas de mercado.

Nos casos de intermediação por meio de rede credenciada, deverão ser adotados critérios que assegurem a vantajosidade da contratação e evitem distorções na formação de preços, em consonância com entendimentos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

3.8. Requisitos de Sustentabilidade

Deverão ser observados, sempre que aplicável:

- I. destinação ambientalmente adequada de resíduos;
- II. conformidade com a legislação ambiental vigente;
- III. incentivo à adoção de práticas sustentáveis pelos fornecedores.

3.9. Requisitos de Governança e Gestão Contratual

A contratação deverá permitir:

- I. definição clara de responsabilidades entre contratante e contratada;
- II. adequada fiscalização da execução contratual;
- III. mensuração de desempenho por meio de indicadores;
- IV. gestão de riscos contratuais;
- V. adoção de medidas corretivas em caso de inconformidades.





Os requisitos estabelecidos têm por finalidade delimitar o nível mínimo de desempenho esperado da solução, sem restringir indevidamente a competitividade, constituindo base para a análise das alternativas disponíveis no mercado.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO (INCISO V, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade de gestão da frota municipal, considerando aspectos de eficiência, economicidade, controle e viabilidade operacional.

Foram analisadas as principais alternativas praticadas pela Administração Pública e disponíveis no mercado, conforme descrito a seguir:

4.1. Solução 1 – Contratação Fragmentada (modelo atual)

Consiste na realização de contratações distintas para:

- fornecimento de combustíveis;
- fornecimento de peças e insumos;
- prestação de serviços de manutenção.

Vantagens:

- maior especialização por tipo de serviço;
- possibilidade de ampla concorrência em cada objeto específico.

Desvantagens:

- ausência de integração entre os contratos;
- dificuldade de controle e rastreabilidade das despesas;
- maior complexidade na gestão contratual;
- risco de inconsistências e retrabalho administrativo;
- limitação na geração de informações gerenciais consolidadas.

4.2. Solução 2 – Gestão Direta pelo Município (sem sistema integrado)

Consiste na administração direta da frota, com controle interno realizado por meios próprios, sem utilização de solução tecnológica integrada ou rede credenciada.

Vantagens:

- controle direto pela Administração;
- ausência de custos com intermediação.

Desvantagens:

- elevada demanda operacional e administrativa;
- maior risco de falhas de controle e inconsistências;
- dificuldade de padronização dos procedimentos;
- limitação na transparência e rastreabilidade das informações;





- necessidade de estrutura administrativa e tecnológica própria.

4.3. Solução 3 – Contratação de Sistema Informatizado de Gestão de Frota com Rede Credenciada

Consiste na contratação de empresa especializada para gerenciamento da frota, por meio de sistema informatizado integrado e rede credenciada de estabelecimentos para abastecimento, fornecimento de peças e execução de serviços.

Vantagens:

- centralização e integração das informações;
- maior controle e rastreabilidade das despesas;
- transparência nas operações realizadas;
- redução de riscos de inconsistências, pagamentos indevidos e falhas de controle;
- disponibilidade de relatórios gerenciais e indicadores de desempenho;
- atendimento descentralizado por meio de rede credenciada;
- simplificação da gestão contratual.

Desvantagens:

- eventual custo de taxa de administração ou intermediação;
- necessidade de fiscalização quanto à formação de preços na rede credenciada.

4.4. Análise Comparativa das Soluções

A partir da análise realizada, verifica-se que:

- a **solução fragmentada (Solução 1)** apresenta limitações relevantes quanto à eficiência administrativa e ao controle das despesas;
- a **gestão direta (Solução 2)** demanda estrutura administrativa e tecnológica que o Município não dispõe atualmente, além de apresentar riscos operacionais elevados;
- a **solução integrada (Solução 3)** demonstra-se mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, por proporcionar maior controle, eficiência, transparência e racionalização dos recursos públicos.

4.5. Conclusão do Levantamento de Mercado

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de solução integrada de gerenciamento de frota, por meio de sistema informatizado e rede credenciada, mostra-se a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, sendo a que melhor atende às necessidades do Município.

A adoção dessa solução permite o aprimoramento dos mecanismos de controle, a melhoria da eficiência administrativa e a mitigação de riscos associados à execução das despesas públicas, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (INCISO VII, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento da frota municipal, por meio de sistema informatizado integrado e rede credenciada de estabelecimentos, contemplando o fornecimento de combustíveis, peças, insumos automotivos e a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva.

A solução deverá permitir a gestão unificada de todos os recursos relacionados à frota municipal, composta por aproximadamente 67 (sessenta e sete) veículos e máquinas, utilizados na execução de serviços públicos essenciais.

Ressalta-se que, atualmente, a gestão da frota municipal ocorre de forma fragmentada, com contratações distintas para fornecimento de combustíveis, peças e serviços, o que dificulta o controle integrado das despesas e da execução contratual.

A adoção de solução unificada de gerenciamento de frota permitirá maior eficiência administrativa, padronização dos processos e melhoria nos mecanismos de controle e fiscalização, contribuindo para a racionalização dos gastos públicos.

5.1. Componentes da Solução

A solução deverá contemplar, de forma integrada, os seguintes componentes:

I. Sistema Informatizado de Gestão de Frota

- plataforma tecnológica destinada ao controle e gerenciamento das operações;
- registro e acompanhamento de abastecimentos, manutenções e aquisições de insumos;
- disponibilização de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros;
- controle de usuários, veículos e autorizações;
- rastreabilidade completa das transações realizadas.

II. Rede Credenciada de Fornecedores

- estabelecimentos aptos ao fornecimento de combustíveis (gasolina, etanol, diesel e derivados);
- oficinas mecânicas para manutenção preventiva e corretiva;
- fornecedores de peças, pneus, lubrificantes e insumos automotivos;
- cobertura mínima no Município e região, garantindo atendimento contínuo e descentralizado.

III. Mecanismo de Intermediação e Pagamento

- utilização de instrumentos que viabilizem a identificação dos veículos e usuários;
- autorização prévia das operações, quando aplicável;
- registro eletrônico das transações realizadas;
- consolidação dos gastos para fins de controle e pagamento.

5.2. Forma de Execução da Solução

A execução da solução deverá ocorrer de forma contínua, observando-se:

- operacionalização descentralizada, por meio da rede credenciada;
- utilização de sistema informatizado para registro e controle das operações;





- III. autorização e acompanhamento das despesas pelos gestores designados;
- IV. atendimento às demandas ordinárias e emergenciais da Administração;
- V. integração das informações para fins de controle, fiscalização e tomada de decisão.

5.3. Resultados Esperados

Com a implementação da solução, espera-se:

- I. maior controle e rastreabilidade das despesas relacionadas à frota;
- II. melhoria da eficiência na gestão operacional dos veículos;
- III. redução de riscos de inconsistências, pagamentos indevidos e falhas de controle;
- IV. otimização da aplicação dos recursos públicos;
- V. transparência na execução das despesas;
- VI. disponibilidade de informações gerenciais para subsidiar decisões administrativas;
- VII. melhoria na qualidade e continuidade dos serviços públicos dependentes da frota.

5.4. Integração com a Estrutura Administrativa

A solução deverá ser compatível com a estrutura administrativa do Município, permitindo:

- I. utilização por múltiplas unidades administrativas;
- II. acesso por servidores previamente autorizados;
- III. acompanhamento pelos fiscais e gestores do contrato;
- IV. integração com rotinas administrativas e financeiras já existentes.

5.5. Considerações Gerais sobre a Solução

A solução proposta caracteriza-se como modelo de gestão integrada de frota, amplamente adotado na Administração Pública, que permite maior eficiência operacional, controle das despesas e transparência na utilização dos recursos públicos.

Sua adoção visa superar as limitações do modelo atual, baseado em contratações fragmentadas, proporcionando maior racionalização administrativa e melhoria dos mecanismos de governança e fiscalização.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (INCISO VIII, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise quanto à viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto da contratação, com vistas à ampliação da competitividade, ao melhor aproveitamento do mercado e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O objeto em análise consiste na contratação de solução integrada para gestão da frota municipal, compreendendo o gerenciamento de abastecimento, manutenção, fornecimento de peças e insumos, por meio de sistema informatizado e rede credenciada.

6.1. Análise da Possibilidade de Parcelamento





Sob o aspecto técnico, verifica-se que os serviços e fornecimentos envolvidos apresentam elevado grau de interdependência, uma vez que:

- I. o controle das despesas depende da integração entre abastecimento, manutenção e aquisição de insumos;
- II. a rastreabilidade das operações exige centralização das informações em sistema único;
- III. a gestão eficiente da frota pressupõe visão consolidada de todos os custos operacionais;
- IV. os mecanismos de autorização, auditoria e controle estão diretamente vinculados à solução integrada.

A eventual fragmentação do objeto comprometeria a efetividade dos controles administrativos e a qualidade das informações gerenciais.

6.2. Análise sob o Aspecto Econômico

Do ponto de vista econômico, o parcelamento do objeto:

- I. tende a aumentar os custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos;
- II. reduz a eficiência operacional decorrente da ausência de integração entre os serviços;
- III. dificulta a padronização de procedimentos e controles;
- IV. pode gerar sobreposição de atividades e retrabalho;
- V. compromete a obtenção de ganhos de escala e de eficiência.

Por outro lado, a contratação unificada permite maior racionalização dos recursos públicos e melhor aproveitamento das soluções disponíveis no mercado.

6.3. Impacto sobre a Competitividade

A adoção de solução integrada não configura restrição indevida à competitividade, tendo em vista que:

- I. há ampla oferta de empresas especializadas no mercado capazes de prestar serviços de gerenciamento de frota;
- II. o modelo de contratação é amplamente utilizado pela Administração Pública;
- III. os requisitos definidos não se vinculam a tecnologia, marca ou fornecedor específico;
- IV. a estruturação do objeto reflete prática consolidada e viável sob o ponto de vista concorrencial.

6.4. Conclusão quanto ao Parcelamento

Diante das análises técnica e econômica realizadas, conclui-se que não é recomendável o parcelamento do objeto, devendo a contratação ocorrer de forma unificada, de modo a garantir:

- I. a integração dos serviços e informações;
- II. a eficiência na gestão da frota;
- III. o adequado controle das despesas públicas;
- IV. a mitigação de riscos operacionais e administrativos;





V. a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A decisão pela não divisão do objeto mostra-se, portanto, justificada e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, não havendo prejuízo à competitividade do certame.

7. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (INCISO IX, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)

O demonstrativo dos resultados pretendidos tem por finalidade evidenciar os benefícios esperados com a implementação da solução proposta, demonstrando sua contribuição para a melhoria da gestão pública, eficiência administrativa e adequada aplicação dos recursos públicos.

A contratação de solução integrada para gerenciamento da frota municipal visa alcançar os seguintes resultados:

7.1. Resultados Operacionais

- I. melhoria na gestão e controle da frota municipal;
- II. maior disponibilidade dos veículos e equipamentos para atendimento das demandas públicas;
- III. redução do tempo de resposta para manutenção e abastecimento;
- IV. padronização dos procedimentos operacionais relacionados à frota;
- V. maior eficiência na execução das atividades administrativas vinculadas à gestão de veículos.

7.2. Resultados de Controle e Governança

- I. fortalecimento dos mecanismos de controle interno;
- II. ampliação da rastreabilidade das despesas realizadas;
- III. redução de riscos de inconsistências, pagamentos indevidos e falhas de controle;
- IV. maior transparência na execução contratual;
- V. melhoria na capacidade de fiscalização e auditoria das operações.

7.3. Resultados Econômicos

- I. otimização da aplicação dos recursos públicos;
- II. redução de desperdícios e gastos desnecessários;
- III. melhoria na previsibilidade das despesas com a frota;
- IV. maior eficiência na utilização dos contratos e recursos disponíveis;
- V. potencial obtenção de condições mais vantajosas por meio da gestão integrada.

7.4. Resultados Gerenciais

- I. disponibilização de informações consolidadas e confiáveis;
- II. suporte à tomada de decisão baseada em dados;
- III. geração de relatórios gerenciais e indicadores de desempenho;
- IV. melhoria no planejamento das ações relacionadas à frota;
- V. acompanhamento contínuo dos custos operacionais.

7.5. Resultados Institucionais





- I. melhoria da qualidade dos serviços públicos que dependem da frota municipal;
- II. aumento da eficiência administrativa do Município;
- III. fortalecimento das práticas de governança pública;
- IV. alinhamento às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 quanto ao planejamento e eficiência das contratações;
- V. incremento da transparência e da accountability na gestão dos recursos públicos.

7.6. Indicadores de Desempenho (quando aplicável)

Para fins de monitoramento dos resultados pretendidos, poderão ser adotados indicadores, tais como:

- I. índice de disponibilidade da frota;
- II. tempo médio de atendimento de manutenção;
- III. variação dos custos operacionais por veículo;
- IV. percentual de registros devidamente auditáveis;
- V. conformidade das despesas com os controles estabelecidos.

7.7. Conclusão

Os resultados pretendidos demonstram que a solução proposta contribui diretamente para o aprimoramento da gestão da frota municipal, promovendo maior eficiência operacional, controle das despesas, transparência administrativa e melhor prestação dos serviços públicos.

A contratação, portanto, revela-se alinhada ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública, justificando sua implementação sob a ótica dos benefícios esperados.

8. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (INCISO X, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)

As providências a serem adotadas pela Administração consistem no conjunto de medidas necessárias para viabilizar a adequada implementação, execução e fiscalização da solução proposta, garantindo o atendimento ao interesse público e a eficiência da contratação.

Para a efetiva implantação da solução de gerenciamento da frota municipal, deverão ser adotadas as seguintes providências:

8.1. Providências Administrativas

- I. elaboração e aprovação do Termo de Referência, contendo a definição detalhada do objeto, requisitos, critérios de seleção e condições de execução contratual;
- II. instauração do processo licitatório ou procedimento de contratação adequado;
- III. definição da modalidade e critério de julgamento, observando a natureza do objeto;
- IV. designação formal dos agentes responsáveis pela condução do certame;
- V. previsão orçamentária para suportar a contratação.





8.2. Providências Operacionais

- I. levantamento e organização das informações relativas à frota municipal (veículos, máquinas e equipamentos);
- II. definição dos fluxos internos de utilização da solução;
- III. identificação dos usuários responsáveis pela operação do sistema;
- IV. estabelecimento de rotinas administrativas para controle e acompanhamento das despesas;
- V. adequação dos procedimentos internos à nova sistemática de gestão da frota.

8.3. Providências Tecnológicas

- I. verificação da disponibilidade de acesso à internet nas unidades administrativas;
- II. disponibilização de equipamentos compatíveis para utilização do sistema;
- III. definição de perfis de acesso e níveis de autorização;
- IV. preparação para integração com rotinas administrativas existentes, quando aplicável;
- V. adoção de medidas de segurança da informação.

8.4. Providências de Capacitação

- I. capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato;
- II. treinamento dos usuários do sistema de gerenciamento de frota;
- III. orientação quanto aos procedimentos operacionais e de controle;
- IV. disseminação das rotinas e boas práticas relacionadas à utilização da solução.

8.5. Providências para Fiscalização e Gestão Contratual

- I. designação de gestor e fiscais do contrato;
- II. definição de mecanismos de acompanhamento da execução;
- III. estabelecimento de critérios de medição e validação dos serviços;
- IV. implementação de rotinas de conferência e auditoria das despesas;
- V. definição de indicadores de desempenho para avaliação da execução contratual.

8.6. Providências Relacionadas à Transição de Modelo (quando aplicável)

- I. planejamento da transição do modelo atual para a solução integrada;
- II. adoção de medidas para evitar descontinuidade dos serviços;
- III. organização de eventuais contratos vigentes durante o período de transição;
- IV. comunicação às unidades administrativas quanto às mudanças operacionais;
- V. acompanhamento inicial intensivo da execução contratual.

8.7. Conclusão

As providências elencadas demonstram que a Administração possui condições de implementar a solução proposta de forma planejada e eficiente, assegurando a adequada execução contratual e o alcance dos resultados pretendidos.





A adoção dessas medidas contribui para a mitigação de riscos operacionais, o fortalecimento da governança e a melhoria da gestão dos recursos públicos.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (INCISO XI, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)

As contratações correlatas ou interdependentes consistem naquelas que guardam relação direta ou indireta com o objeto pretendido, podendo impactar sua execução, complementar sua funcionalidade ou exigir compatibilização administrativa.

No caso em análise, verifica-se que o Município atualmente mantém contratos administrativos relacionados ao abastecimento de combustíveis, fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção da frota municipal, os quais são executados de forma fragmentada.

Tais contratações possuem relação direta com o objeto pretendido, uma vez que abrangem parcelas dos serviços que passarão a ser contemplados pela solução integrada de gerenciamento de frota.

9.1. Contratações Correlatas Identificadas

- I. contratos de fornecimento de combustíveis;
- II. contratos de fornecimento de peças, pneus, lubrificantes e insumos automotivos;
- III. contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota.

9.2. Relação com a Contratação Pretendida

A solução proposta tem como objetivo substituir o modelo atual de contratações fragmentadas por um modelo integrado de gestão da frota, de modo que as contratações atualmente vigentes serão gradualmente descontinuadas ou encerradas conforme o início da execução do novo contrato.

Dessa forma, a contratação pretendida não demandará a realização de contratações adicionais para sua plena execução, caracterizando-se como solução autossuficiente sob o ponto de vista operacional.

9.3. Necessidade de Compatibilização

Para a adequada implementação da solução, deverá ser observada a compatibilização com os contratos atualmente vigentes, especialmente quanto:

- I. ao encerramento ou transição contratual;
- II. à prevenção de sobreposição de objetos;
- III. à continuidade dos serviços durante o período de transição;
- IV. à organização administrativa das unidades envolvidas.

9.4. Conclusão

Conclui-se que a contratação pretendida possui relação direta com contratos atualmente vigentes, os quais serão substituídos pelo novo modelo de gestão integrada da frota.





Não há necessidade de contratações interdependentes adicionais, sendo suficiente a adoção das medidas de transição e compatibilização para assegurar a continuidade dos serviços públicos e a adequada implementação da solução.

10. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (INCISO XII, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)

A contratação pretendida envolve atividades relacionadas ao abastecimento de veículos, manutenção automotiva e fornecimento de insumos, as quais possuem potencial de geração de impactos ambientais, especialmente no que se refere ao manuseio e descarte de resíduos, consumo de combustíveis fósseis e utilização de materiais automotivos.

10.1. Impactos Ambientais Potenciais

- I. geração de resíduos sólidos, tais como peças automotivas, pneus, filtros e embalagens;
- II. descarte de óleos lubrificantes e outros fluidos automotivos;
- III. emissão de gases poluentes decorrentes da utilização de combustíveis;
- IV. risco de contaminação do solo e da água em caso de manejo inadequado de resíduos;
- V. consumo de recursos naturais associados à operação da frota.

10.2. Medidas Mitigadoras

Com vistas à minimização dos impactos ambientais identificados, deverão ser observadas as seguintes medidas:

- I. exigência de que os estabelecimentos credenciados adotem práticas adequadas de destinação de resíduos, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- II. observância das normas aplicáveis ao armazenamento, manuseio e descarte de óleos, lubrificantes e demais resíduos perigosos;
- III. incentivo à utilização de produtos e insumos que atendam a padrões ambientais e de eficiência;
- IV. promoção de práticas que reduzam desperdícios e aumentem a eficiência no consumo de combustíveis;
- V. adoção de critérios de sustentabilidade sempre que possível na execução dos serviços.

10.3. Conformidade Legal e Responsabilidade Ambiental

A execução contratual deverá observar integralmente a legislação ambiental vigente, cabendo à contratada e aos estabelecimentos integrantes da rede credenciada a responsabilidade pelo cumprimento das normas aplicáveis, especialmente quanto à destinação adequada de resíduos e à prevenção de danos ambientais.

10.4. Conclusão

Os impactos ambientais associados à contratação são inerentes à natureza das atividades desenvolvidas, sendo considerados controláveis mediante a adoção das medidas mitigadoras propostas.





A solução pretendida incorpora diretrizes de sustentabilidade compatíveis com o objeto da contratação, contribuindo para a redução de impactos ambientais e para a promoção de práticas responsáveis na gestão da frota municipal.

11. MAPA DE ANÁLISE DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, INCISO X, DA LEI Nº 14.133/2021)

O presente Mapa de Riscos tem por finalidade identificar, analisar e propor medidas de tratamento para os principais riscos associados à contratação de solução integrada de gerenciamento da frota municipal, contribuindo para a mitigação de falhas e para a adequada execução contratual.

11.1 Metodologia

Os riscos foram identificados considerando as fases de:

- planejamento da contratação;
- seleção do fornecedor;
- execução contratual.

A análise contempla:

- probabilidade de ocorrência (Baixa, Média, Alta);
- impacto na contratação (Baixo, Médio, Alto);
- nível de risco, a partir da combinação desses fatores;
- medidas preventivas e corretivas.

11.2. Identificação e Análise dos Riscos

Nº	Risco	Fase	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Medidas Corretivas	Responsável pelo Monitoramento
1	Definição inadequada dos requisitos	Planejamento	Média	Alto	Alto	Elaboração detalhada do ETP e TR; validação técnica	Revisão dos documentos	Central de Contratações / Comissão de Contratação
2	Estimativa inadequada de preços	Planejamento	Média	Alto	Alto	Pesquisa de preços com múltiplas fontes	Revisão da estimativa	Setor de Compras / Setor de Contratações
3	Restrição à competitividade	Seleção	Baixa	Alto	Médio	Requisitos não direcionados; ampla publicidade	Retificação do edital	Comissão de Contratação / Pregoeiro
4	Contratação de empresa sem capacidade técnica	Seleção	Média	Alto	Alto	Exigência de qualificação técnica adequada	Penalidades e possível rescisão	Comissão de Contratação / Setor Demandante
5	Falhas no sistema de gestão de frota	Execução	Média	Alto	Alto	Definição de requisitos mínimos; testes iniciais	Acionamento de suporte e sanções	Gestor do Contrato / Fiscal Técnico





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

6	Preços acima do mercado na rede credenciada	Execução	Média	Alto	Alto	Controle e comparação de preços	Glosa e descredenciamento	Gestor do Contrato / Fiscal Administrativo
7	Uso indevido dos serviços (fraudes)	Execução	Média	Alto	Alto	Controle por usuário/veículo; auditoria	Apuração e penalidades	Gestor do Contrato / Controle Interno
8	Falhas na fiscalização contratual	Execução	Média	Médio	Médio	Designação e capacitação de fiscais	Reforço na fiscalização	Secretaria Demandante / Controle Interno
9	Descontinuidade dos serviços	Execução	Baixa	Alto	Médio	Planejamento e exigência de níveis de serviço	Medidas emergenciais	Gestor do Contrato
10	Problemas na transição contratual	Execução	Média	Médio	Médio	Planejamento da transição	Ajustes operacionais	Gestor do Contrato / Setor de Transportes

12. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (INCISO IV, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)

Registra-se que o Documento de Formalização da Demanda – DFD considerou uma frota composta por 66 (sessenta e seis) veículos, conforme levantamento realizado à época de sua elaboração.

Contudo, após a conclusão do referido documento, houve a incorporação de 01 (um) novo veículo à frota municipal, elevando o quantitativo atual para 67 (sessenta e sete) veículos, número adotado no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Destaca-se que tal atualização não compromete a consistência das estimativas realizadas, uma vez que a contratação possui natureza estimativa e abrange a totalidade da frota municipal, inclusive eventuais acréscimos ou substituições ocorridos ao longo do período.

12.1. Caracterização da Frota

A frota municipal é composta por **67 (sessenta e sete) veículos**, distribuídos da seguinte forma:

- **41 veículos leves** (automóveis utilitários e de passeio)
- **26 veículos pesados** (caminhões e equipamentos de maior porte)

A frota atende às demandas operacionais de diversas Secretarias Municipais, sendo utilizada de forma contínua na execução de serviços públicos essenciais.

12.2. Estimativa Qualificada de Consumo

Considerando a composição da frota, a estimativa de consumo foi estruturada com base em perfis operacionais:

- **Veículos leves:** destinados principalmente a atividades administrativas, transporte de equipes e serviços urbanos leves;
- **Veículos pesados:** utilizados em serviços de infraestrutura, transporte de cargas, manutenção urbana e atividades rurais;





Diante dessa divisão, o consumo de combustíveis apresenta comportamento heterogêneo, com maior concentração nos veículos pesados.

12.3. Estimativa de Demanda de Manutenção

A necessidade de manutenção foi estimada considerando:

- o quantitativo total de veículos (67 unidades);
- a diversidade de modelos e marcas;
- o uso contínuo da frota;

Com base nesses fatores, projeta-se:

- manutenção preventiva periódica para 100% da frota;
- manutenções corretivas sob demanda, com maior incidência nos veículos de maior tempo de uso e nos veículos pesados;

12.4. Estimativa de Itens e Serviços

A contratação deverá contemplar, de forma estimada:

- fornecimento de combustíveis compatíveis com os veículos da frota;
- aquisição de peças e insumos automotivos;
- serviços de manutenção preventiva e corretiva;

Os quantitativos serão executados sob demanda, conforme a necessidade operacional da Administração.

12.5. Natureza Estimativa dos Quantitativos

Os quantitativos possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de consumo mínimo, podendo variar em função:

- da intensidade de uso da frota;
- da ocorrência de manutenções não programadas;
- de demandas emergenciais;
- da expansão ou redução das atividades administrativas;

12.6. Adequação à Solução Proposta

A solução de gerenciamento de frota mostra-se adequada ao perfil quantitativo identificado, pois permite:

- controle individualizado dos 67 veículos;
- monitoramento por tipo de veículo (leve/pesado);
- gestão eficiente de consumo e manutenção;
- mitigação de riscos operacionais, reduzindo riscos de inconsistências, pagamentos indevidos e falhas de controle;

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (INCISO VI, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)





A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na análise do histórico de despesas do Município com a gestão de frota, considerando contratos vigentes e dados consolidados de execução orçamentária.

13.1. Base de Cálculo

Para a definição do valor estimado, foram utilizados os custos anuais atualmente praticados pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

- Peças, lubrificantes e pneus: R\$ 861.000,00/ano
- Serviços de manutenção: R\$ 489.000,00/ano
- Combustíveis e insumos automotivos: R\$ 1.102.000,00/ano

Valor total anual: R\$ 2.452.000,00

13.2. Metodologia de Estimativa

A estimativa considerou:

- histórico real de despesas com a frota municipal;
- composição dos custos por natureza (combustível, peças e serviços);
- manutenção da frota atual (67 veículos);
- necessidade de continuidade dos serviços públicos;
- possível variação de preços de mercado, especialmente combustíveis;

13.3. Projeção do Valor da Contratação

Com base no histórico apresentado, estima-se que o valor da contratação para o período de 12 (doze) meses seja de: **R\$ 2.452.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais).**

13.4. Possível Variação do Valor

Considerando a natureza da contratação e fatores externos, o valor poderá sofrer variações, especialmente em função de:

- oscilações no preço dos combustíveis;
- aumento da demanda operacional;
- necessidade de manutenções corretivas não previstas;

Dessa forma, recomenda-se a previsão de margem de segurança administrativa para absorção de eventuais variações.

Destaca-se que a estimativa considera os valores históricos praticados pela Administração, podendo sofrer variações em função das oscilações de mercado, especialmente no que se refere aos combustíveis, cujos preços são influenciados por fatores externos, sendo recomendável a adoção de mecanismos de atualização e controle.

13.5. Natureza Estimativa





O valor estimado não constitui obrigação de execução integral, sendo os pagamentos realizados conforme a efetiva utilização dos serviços, em regime sob demanda.

13.6. Adequação à Solução Proposta

A adoção de solução integrada de gestão de frota tende a proporcionar maior controle e eficiência na aplicação dos recursos públicos, com potencial de:

- otimização dos gastos;
- padronização dos processos;
- melhoria na fiscalização contratual;
- redução de riscos de inconsistências, pagamentos indevidos e falhas de controle;

13.7. Conclusão

A estimativa do valor da contratação foi realizada com base em dados reais de execução, sendo compatível com o porte da frota municipal e com a natureza dos serviços a serem contratados.

O valor estimado mostra-se adequado para subsidiar o processo licitatório, garantindo a continuidade dos serviços públicos com eficiência e economicidade.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (INCISO XIII, ART. 18, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)

Após a realização dos estudos técnicos preliminares, conclui-se que a contratação de solução integrada para gestão de frota mostra-se viável, necessária e adequada ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal.

A análise realizada demonstrou que a frota municipal, composta por 67 veículos, exige um modelo de gestão que assegure maior controle, eficiência operacional e transparência na aplicação dos recursos públicos, especialmente diante da natureza contínua e essencial dos serviços envolvidos.

Verificou-se, ainda, que o modelo atualmente adotado, caracterizado pela fragmentação das contratações (combustíveis, peças e serviços), apresenta limitações quanto ao controle integrado das despesas e à fiscalização contratual, o que reforça a necessidade de adoção de solução unificada.

A alternativa proposta — consistente na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota, com utilização de sistema informatizado e rede credenciada — mostrou-se a mais vantajosa, considerando:

- I. a possibilidade de controle centralizado das despesas;
- II. o acompanhamento em tempo real da execução contratual;
- III. a padronização dos processos de abastecimento e manutenção;
- IV. a ampliação da transparência e da rastreabilidade das operações;
- V. a mitigação de riscos operacionais, reduzindo riscos de inconsistências, pagamentos indevidos e falhas de controle;





Ademais, a estimativa de valor da contratação, baseada em dados históricos reais da Administração, demonstra compatibilidade com os preços de mercado e adequação ao porte da frota municipal, não havendo indícios de sobrepreço ou inviabilidade econômica.

No que se refere à forma de contratação, a solução proposta encontra respaldo na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento.

Diante do exposto, manifesta-se favoravelmente à continuidade do processo de contratação, recomendando-se a elaboração do Termo de Referência e a adoção das providências necessárias à realização do procedimento licitatório.

15. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de frota, com disponibilização de sistema informatizado para controle e gestão de frota e rede credenciada para fornecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, incluindo peças, pneus, lubrificantes e serviços automotivos em geral, para atendimento das demandas do Município de Pimenta/MG, conforme condições, especificações e diretrizes estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e demais instrumentos que instruirão o processo de contratação.

Pimenta/MG, 24 de março de 2026



Assinatura Eletrônica por: Daniela Aparecida da
Silva Lima, em: 30/03/2026 14:26:07 -
Serviços Gerais, CPF: ***.127.416**. Hash:
ea5d2f1c4608232e07d3aa3d998e5135&t=int

Daniela Aparecida da Silva Lima

Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas



ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Daniela Aparecida da Silva Lima - na Data/Hora: 30/03/2026 14:26:17 - CPF: ***.127.416** - Cargo: Serviços Gerais - Qualificado em: 01/02/2006 - Pelo Documento: Matrícula 980-6 - Código de Autenticidade da Assinatura: ea5d2f1c4608232e07d3aa3d998e5135, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



DADOS DO DOCUMENTO



Código do Documento: 615463 - Nome do Documento: GESTÃO DE FROTAS - Tipo do Documento: ETP - Estudo Técnico Preliminar - produzido em: 30/03/2026, Neste ato assinado por: Daniela Aparecida da Silva Lima - na data: 30/03/2026 14:26:17. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W5S4F6L3